



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS  
DIREITOS DE LGBT**

**ATA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CNCD/LGBT**

Às nove horas e trinta minutos do dia vinte e um de fevereiro de dois mil e treze, no Edifício Sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), reuniu-se o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT - CNCD-LGBT, sob a presidência da Sra. Keila Simpson. Estiveram presentes os **Conselheiros Governamentais Titulares:** Representante da Casa Civil da Presidência da República; Sr. Ivanildo Tajra Franzosi, Representante da Secretaria-Geral da Presidência da República; Sr. Eduardo Santarelo Lucas, Representante da Secretaria de Políticas para as Mulheres; Sra. Maria de Lourdes Alves Rodrigues, Representante da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial; Sr. Marcos Willian Bezerra de Freitas, Representante do Ministério da Educação; Sr. Fábio Meirelles Hardman de Castro, Representante do Ministério do Turismo; Sra. Priscilla Cavalcante Grintzos. **Conselheiros Governamentais Suplentes:** Representante do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Sra. Maria Carolina Alves, Representante do Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão; Sra. Eloá França Magalhães. **Conselheiros Não-Governamentais Titulares:** Representante da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT; Sra. Yone Lindgren, Representante da Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros – ANTRA; Sra. Chopelly Glaudystton, Representante do Grupo E-Jovem; Sra. Lohren Beauty, Representante da Articulação Brasileira de Lésbicas – ABL; Sra. Anahi Guedes de Mello, Representante da Central Única dos Trabalhadores – CUT; Sr. Marcos Abreu Freire, Representante Central de Movimentos Populares – CMP; Sr. Carlos Alberto Alves, Representante do Conselho Federal de Psicologia; Sr. Celso Francisco Tondin, Representante da Associação Brasileira de Estudos de Homocultura – ABEH; Sr. Leandro Colling, Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE; Sr. José Carlos Prado. **Conselheiros Não-Governamentais Suplentes:** Representante da Liga Brasileira de Lésbicas – LBL; Sra. Roselaine Dias da Silva. **Convidados:** Ministra Maria do Rosário Nunes, Deputado Federal Jean Willys, Deputada Federal Erika Kokay, Sr. Biel Rocha, Secretário Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, Sr. Marco Antônio Juliato, Diretor Nacional de Promoção dos Direitos Humanos, Sr. Gustavo Bernardes, Coordenador de Promoção de Direitos LGBT, Sra. Simmy Larat, Coordenadora-Geral adjunta de Promoção de Direitos LGBT, Sra. Adriana Aidar, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Sr. Sócrates Bastos, Sr. Daniel Arruda Martins, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, Sra. Gisela Faber, da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB. **Pauta:** 1) Abertura da sessão; 2) Informes da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT; 3) Informes sobre o Projeto de Lei nº 4241/2012; 4) Informes da Mesa Diretora, das Conselheiras e dos Conselheiros; 5) Informes da Coordenação-Geral de Promoção dos Direitos de LGBT e da Secretaria-Executiva; 6) Informes da Comissão Eleitoral do CNCD/LGBT; 7) Deliberações; 8) Encaminhamentos



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**  
**SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS**  
**DIREITOS DE LGBT**

Finais e Encerramento. **Abertura:** A presidenta Keila Simpson deu início à abertura da 13ª Reunião Ordinária, cumprimentando a todos os componentes da mesa, e participantes do encontro. Dado início aos informes, destacou a presença de dois convidados: a deputada Érika Kokay, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, que apresentou um projeto de lei (PL 424/2012) que concede aos cidadãos direito à identidade de gênero, e o deputado Jean Willys, coordenador da Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT, que requereu à Secretaria-Executiva do Conselho de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT participação na reunião para apresentar as propostas e ações da Frente. Keila Simpson fez a leitura da pauta, e em seguida solicitou que o item 05 fosse enviado por e-mail aos conselheiros. Não havendo solicitação de inversão, a presidenta seguiu com a pauta e iniciou as inscrições para manifestação das conselheiras e conselheiros. Dentro dos informes, a conselheira Lohren Beauty, da E-JOVEM, convidou os representantes da sociedade civil e governo a participar, no dia 21 de maio, do primeiro casamento gay comunitário do país, promovido pelo centro LGBT de Campinas.

Discursou brevemente sobre a participação na missão da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH/PR), em Estocolmo (Suécia), no final de janeiro. De acordo com a presidenta, o encontro foi um marco importante para a troca de experiências de convênio entre a Suécia e a União Europeia sobre violência homofóbica. Uma oportunidade significativa de analisar os desafios enfrentados por travestis e transexuais naquele país. Foram feitas duas visitas às instituições públicas e privadas. Destacou que algumas instituições públicas na Suécia que são completamente diferentes do país, onde todas as pessoas podem transitar tranquilamente. Ressaltou que, embora exista uma legislação exemplar de direitos LGBT na Suécia, não há avanços na inclusão social da população trans. Apontou que a imagem de travestis na Europa é relacionada à prostituição, o que no seu ponto de vista é de extrema gravidade. Destacou que é preciso desconstruir essa imagem. Em abril, está previsto um seminário semelhante no Brasil, onde será possível trocar experiências reais entre os participantes, a fim de externar a realidade das travestis brasileiras, e tentar achar um caminho para resolver o problema no âmbito global. O conselheiro Eduardo Santarello apresentou-se como novo representante da Secretaria Geral da Presidência da República (SDH/PR) no Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT.

O representante do Ministério da Educação, o conselheiro Fábio Meirelles, indicou que os conselheiros da sociedade civil ficassem atentos ao edital Proext 2014, um instrumento que abrange programas e projetos de extensão universitária, com ênfase na formação dos alunos e na inclusão social nas suas mais diversas dimensões. Lançado pelo MEC, o projeto segue uma linha de promoção e defesa dos direitos de LGBTs, incluindo a formação de profissionais e agentes culturais, capacitação do movimento LGBT em cooperativismo e associativismo, além da pesquisa sobre dados e causas da homofobia. De acordo com o edital, qualquer instituição pública de ensino superior pode apresentar projeto de extensão nessa linha temática, o prazo para inscrição é até 22 de março. Serão disponibilizados R\$80 milhões de



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS  
DIREITOS DE LGBT**

reais para o projeto. Suscitou que o conselho procurassem universidades, instituições de ensino superior, provoquem a montar projetos de programa de extensão para população LGBT, pode ser centro de referência, núcleo de pesquisa, formação, elaboração de material. A presidenta convidou o secretário nacional de promoção e defesa dos direitos humanos, Biel Rocha, para compor a mesa.

O conselheiro da CMP, Carlos Alves, iniciou a fala saudando a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República pela realização de um seminário com a participação de todos os conselhos da base da SDH. Ressaltou que o Governo Federal em parceria com os estados deveria sensibilizar as secretarias, governos, prefeituras a constituir fóruns e articular políticas públicas. Informou que a entidade irá realizar um Congresso em Aracaju, em comemoração ao 20º aniversário da organização. Destacou a participação significativa de alguns conselheiros e da comunidade LGBT em evento no Rio de Janeiro, no Dia Nacional da Visibilidade Trans, celebrado no dia 29 de janeiro, como a conselheira Yone Lindgren, Destacou que São Paulo vai ser a sede da Jornada LGBT. Ressaltou a representação da Polícia Civil, do secretário Teixeira, secretário de assistência social e direitos humanos do Estado do Rio de Janeiro. O conselheiro reafirmou a importância da inclusão das pessoas trans na agenda de debate de políticas públicas que vêm sendo adotadas pelo estado. Antes e durante o carnaval, a SDH/PR promoveu uma capacitação com os agentes policiais do Rio, uma sensibilização aos comandantes de batalhão, delegados de polícia. Um marco importante para o país ao realizar essa capacitação. Por último, destacou a necessidade de avançar nessa parceria e capacitação em outros eventos, como a Jornada Mundial da Juventude, Copa das Confederações, entre outros. Manifestou significativa preocupação com a comunidade trans, possíveis alvos de discriminação durante eventos internacionais no Brasil. O conselheiro externou a necessidade do conselho regional do Rio de Janeiro capacitar e sensibilizar o setor hoteleiro, para que essa população não seja discriminada, seja incluída, apoiada e participe plenamente dos eventos. Sugeriu ao conselho que se atente aos grandes eventos e divulgue as iniciativas do Rio de Janeiro e campanhas de visibilização de ações contra homofobia. Conselheiro representante da CNTE, Zezinho Prado, comunicou aos presentes sobre o encontro nacional de todos os secretários das CUTs estaduais. O evento acontece nos dias 7 e 8 de março para tratar entre outras questões da temática LGBT.

A conselheira Jovanna Baby, da ANTRA, apontou que o prefeito do município de Picos (PI) garantiu duas políticas importantes para a população LGBT do município: uma instituída no âmbito da administração pública municipal, direta ao gabinete, e a outra no âmbito da secretaria e inclusão da área e critérios que têm direito de elencar para a baixa renda. A conselheira Chopelly Glaudystton, também representante da ANTRA, divulgou que o Ministério da Saúde lançou oficialmente no dia 29 de janeiro de 2013, o cartão do SUS, com o nome social da travesti impresso, que será remetido a todo o país. Destacou que o ato é uma vitória para o movimento LGBT, um marco de suma importância para a população transexual. A presidenta ressaltou que há nove anos comemora-se o Dia Nacional da



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**  
**SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS**  
**DIREITOS DE LGBT**

Visibilidade Trans, e falou da parceria entre a SDH, Antra e o Ministério da Saúde. Relembrou que em novembro do ano passado, durante a 12ª R.O. o Ministério da Saúde lançou o cartão do SUS com o nome social e nome civil, e após reivindicação com uma campanha dizendo para população de todo Brasil sobre o direito à identidade de gênero feminino e direito social. A campanha também deu publicidade ao disque 100. As violências enfrentadas por essa população são menos enfrentadas. O lançamento dessa campanha, deputados e municípios estão recebendo esse material para que a população também possa acessar instrumentos de denúncia para denunciar essas violações, a rede muito feliz, eu estou na ABGLT, mas também faço parte da Antra.

O conselheiro do Conselho Federal de Psicologia, Celso Tondin, ressaltou a nota, elaborada pelo CFP, de repúdio às declarações do pastor Silas Malafaia, referentes ao projeto de Decreto Legislativo nº 234/2011 de João Campos (PSDB-GO), que propõe a revogação da resolução do Conselho Federal de Psicologia que não permite "cura" aos gays. Há uma petição pública, iniciativa popular, de cassação do mandato do título de psicólogo de Silas Malafaia. Após o informe, propôs que as entidades ficassem atentas ao projeto e se manifestassem. O conselheiro falou sobre o oitavo Congresso Nacional de Psicologia, dentro do sistema de psicologia instância participativa. Foi observado pelo representante do CFP que a eleição para o Conselho Federal de Regionais da Psicologia acontece no dia 27 de agosto deste ano.

Fábio Meirelles, conselheiro do MEC, aproveitou para informar sobre a Conferência Nacional de Educação – CONAE, lançada pelo ministério. Anunciou que as etapas municipais estão previstas para o primeiro semestre, e as estaduais no segundo. A etapa nacional irá acontecer em fevereiro de 2014. As etapas preparatórias iniciam neste ano, com mobilização para eleição de delegados nos municípios, estados, discussão do movimento base, movimento referência para aprovar propostas e uma delegação LGBT para a conferência. O segundo informe foi sobre a formação de professores e investimentos e cursos para 2013 com recorte para população LGBT. O consultor da UNESCO, Daniel, mestre de sociologia, pesquisador de núcleos humanos e cidadania LGBT, na UFMG ressaltou haver uma nova rede nacional de formação continuada dos profissionais do magistério da educação pública, implantado a partir de 2011, marcos normativos, o decreto que dá as bases legais e mais gerais da política nacional de formação. As citações seguintes, portaria ministerial, número 1087, de 10 de agosto de 2011, resolução número 1 desse comitê criado para gerir essa rede 17 do 8 de 2011, e a portaria ministerial 1328, que finalmente instituiu rede nacional de formação continuada profissionais de magistério da educação profissional básica pública em parceria com instituições públicas de ensino superior. O consultor explicou como ocorre toda a sistematização e rede de parcerias para oferta dos cursos de formação. Explicou o processo, agora o Ministério da Educação, por meio de um catálogo de cursos, chega a todas as escolas do país, via PDE interativo, e por meio dessa ferramenta eletrônica, PDE interativo, movimenta equipe



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINACAO E PROMOÇÃO DOS  
DIREITOS DE LGBT**

pedagógicas e docentes para formação da escola, para esses profissionais, todos eles podem, então, apontar demandas, necessidades, interesses, e, dentre esses interesses, podem ali ser contemplados com curso de gênero e sexualidade, educação direitos humanos, e direitos de crianças e adolescentes, seguindo o MEC chega às escolas com PDE interativo, escolas públicas de todo Brasil fazem plano de formação, com demanda social, validada pelas secretarias municipais e estadual de educação, que consolidam essa proposta de formação em seus planos de ação articulada, chamados par. O controle social de toda essa política tem culminância no fórum estadual permanente de apoio à formação docente, são fóruns estabelecidos nos estados que contam com grande participação de sociedade civil, sistemas de conselhos, representantes dos professores, e também universidades que atuam nos estados, elaborando, então, um plano estratégico que indica para o MEC o quanto de dinheiro passado no dia seguinte para que universidades efetivem a política de formação. Os cursos contemplam algum conteúdo em termos de sexualidade, o curso GDE marcadamente enfocando LGBT, diversidade sexual e foco em ação política e militância. E recursos investidos em 2013, 23 milhões de reais política de formação da nossa coordenação, cursos gênero e universidade na escola, escola que protege, educação e direitos humanos, e gestão de políticas públicas em gênero e raça. A presidenta sugeriu como pauta da próxima reunião a questão de plano nacional de formação e discutir dentro da Câmara de combate à violência, e depois do pleno, questão de formação de professores para combate homofobia no país, articular e demandar algumas coisas para Conselho Nacional de educação, que é o conselho que precisa ter um pouco mais de democracia popular. Solicitou que a apresentação do consultor fosse disponibilizado ao conselho para conhecimento da quantidade de vagas, de cursos, universidades e promover a interlocução com as universidades para apresentação desses projetos pedagógicos dos cursos.

Vinícius, da ABGLT, informou que nos dias 25, 26 e 27 de janeiro, a entidade realizou uma assembleia eleitoral e reforma, onde foi eleita a nova direção da ABGLT: Carlos Magno é o novo presidente, e a vice-presidente trans é a Maria Guilhermina. Informou sobre a realização de uma reforma estatutária que atualizou a diretoria, ampliou e criou secretarias temáticas para que pudesse tratar de temas específicos, nos diversos segmentos: mulheres, jovens, negras e negros, de pessoas com deficiência, além de temáticas mais gerais como cultura, educação, trabalho, assistência social, no sentido de tentar realizar política LGBT em todos esses espaços. Por fim, solicitou que o CNCD realizasse uma reunião no estado de Goiás, por conta dos recentes casos de homofobia. No último domingo a entidade recebeu mais uma denúncia de homofobia de uma jovem de Valparaíso.

A presidenta chamou os convidados à mesa. Um dos convidados da 13ª Reunião Ordinária, o deputado Jean Wyllys, proferiu aos conselheiros presentes sobre as estratégias da Frente Parlamentar, que na próxima semana irá se reunir para distribuir os representantes da Frente nas comissões onde há proposições legislativas contrárias ou de interesse da comunidade LGBT com extensão da cidadania. O deputado fez um breve discurso sobre a





**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINACAO E PROMOÇÃO DOS  
DIREITOS DE LGBT**

nova gestão da Câmara e do Senado, cuja presidência está com o PMDB. Falou sobre a necessidade de haver uma articulação, e criação de uma rede legislativa nacional, para atender às demandas, o que faz parte do planejamento de 2013. O deputado apresentou proposta de um seminário em referência ao dia mundial de combate à homofobia, a ser realizado em conjunto com a comunidade LGBT, com propostas diferentes, e afirmou que a sociedade civil, e todas as entidades, serão acionadas para enviar sugestões ao evento. Falou sobre o projeto que trata do respeito aos transexuais e travestis, que inicialmente teria a relatoria sob o seu comando, apresentado pela deputada Érika Kokay na Câmara. Lembrou dos homens trans, esse projeto apensado a outro projeto que está na casa, embora presidente tenha feito despacho e colocou na Comissão de Direitos Humanos, a combinação nossa e era que eu seria relator do projeto, só que há possibilidade de não ser relator desse projeto. Além disso a rede de homens trans também apresentou uma série de críticas e sugestões para incluir nesse projeto. Então eu conversei com a Érika e falei: Se há essa possibilidade de não ser relator, e, portanto, essas alterações não serem incorporadas, essas sugestões não serem incorporadas, o melhor é apresentar outro projeto que vai tramitar separado, não mais apensado, e aí nós fizemos isso. Construimos um novo projeto, dessa vez muito mais calcado na lei Argentina, que é a melhor, a mais completa. Tomamos outros cuidados, assim, sobretudo no que diz respeito a questão da despatologização da trans sexualidade, para poder, por exemplo, garantir direito a quem quer fazer a cirurgia. Dentre as diversas questões abordadas pelo convidado estão a despatologização da transsexualidade e a garantia de direito a quem quer fazer a cirurgia. Também tratou de temas relacionados ao casamento civil e ao PLC 122/06. Alterar no âmbito da constituição base na jurisprudência, não só STJ, mas instâncias abaixo da STJ, não só na decisão do STF com relação união estável nós apresentamos um projeto de lei, PL, tramitar paralelo à PEC garantias casamento civil, altera Código Civil e estatuto da família. Jean Willys ponderou sobre esse projeto de lei, cuja relatoria é de autoria do senador Paulo Paim. Dentre as diversas lutas destacadas pelo deputado, chamou a atenção para a descriminalização da prostituição. Falou da importância em tratar da educação inclusiva e diversidade. Além dessas questões, Jean Willys também discursou sobre um projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados para regularizar a profissão das prostitutas. Falou sobre o engajamento na luta pela legalização do aborto, portanto, descriminalização do aborto, pela regularização das drogas. Uma luta pela descriminalização da prostituição, portanto, redução do estado penal, a gente é contra a redução, desculpa, da maior idade penal, defendemos estatuto da criança e adolescente, somos radicalmente contra pena de morte, somos radicalmente contra o armamento, então se nós estamos todos engajados nessa luta mais ampla pela despenalização, e como sabemos que o estado penal já se voltou contra nós, em muitos outros países o estado penal penaliza e criminaliza a homossexualidade, é que a gente tem que estar muito atento ampliação do estado penal. Portanto, o relatório do Paim vai contar com nossa colaboração e vigilância nesse sentido. Queremos punição dos crimes sim, desejamos que os crimes sejam reduzidos, exigem políticas públicas de estado, muito mais do que lei, queremos tudo isso, mas muito mais ter cuidado com esse aumento da penalização e estado penal. Uma luta pela descriminalização da prostituição, redução do estado penal,



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINACAO E PROMOÇÃO DOS  
DIREITOS DE LGBT**

defendemos estatuto da criança e adolescente, somos radicalmente contra pena de morte, somos radicalmente contra o armamento, então se nós estamos todos engajados nessa luta mais ampla pela despenalização, e como sabemos que o estado penal já se voltou contra nós, em muitos outros países o estado penal penaliza e criminaliza a homossexualidade. Ao contrário do que pessoas disseram, PL Gabriela leite é um PL que nos diz respeito, não só porque PL fortalece estado democrático de direito, laicidade do estado, fundamentais para avanço da cidadania, extensão da cidadania até nós, mas também a prostituição é uma realidade na vida das pessoas trans, sobretudo mulheres trans. Embora esteja claro para nós, endossamos isso que o trabalho tem que ser conquista de novas posições no mercado de trabalho, que prostituição deixe de ser único caminho de colocação, a gente tem que considerar que há pessoas que escolhem ser, uma vez que escolhem ser elas tens que ter seus direitos respeitados. É nesse sentido que PL Gabriela leite também interessa a nós, não só sentido concreto do direito, mas também falei fortalecimento da laicidade de estado de direito. O relatório do Paim vai contar com nossa colaboração e vigilância nesse sentido. Queremos punição dos crimes sim, desejamos que os crimes sejam reduzidos, exigem políticas públicas de estado, muito mais do que lei. Apresentou o relatório das atividades realizadas em 2012: o seminário, o nome do 9º seminário LGBT, lema respeito à diversidade se aprende na infância, sexualidade, papel de gênero na criança e adolescência. Muita gente disse que esse tema estaria dando munição a quem quer nos associar à pedofilia, e o efeito totalmente contrário do que as pessoas disseram. Mais que nunca a gente tem que enfrentar, tema da educação é premente, está no Senado através do PNE, uma das metas educação inclusiva e diversidade, nós temos que enfrentar tema da educação sim, inclusão dessa pauta da homofobia na educação. Nós fizemos reunião com a una AIDS, construindo igualdade e oportunidade no mundo do trabalho, combatendo homo, lesbo, trans fobia. Fizemos articulação PLC 122, e da Ana Rita para ser presidente da Comissão de Direitos Humanos, a frente fez articulação em torno do nome dela. Articulação com o Ministério da Cultura para realização do seminário de cultura LGBT, que ainda vai acontecer, e trazer dimensão cultural, importante lembrar que quase sempre que o Ministério da Cultura trata de cultura manifestações artísticas, artísticas culturais LGBTs não são tratadas como dimensão da cultura, tudo dentro da rubrica LGBT, e atividade artística das transexuais, transformistas, drag queen não é tratado como cultura, sequer entra para disputa de cultura pé de igualdade, contemplado dessa maneira.

A deputada Erika Kokay mencionou vários desafios na luta pelos direitos da cidadania LGBT dentro do Congresso Nacional. Ressaltou o caso de uma estudante na Universidade de Brasília (UnB), uma lésbica, que foi vítima de violência homofóbica. Ressaltou que isso são ovos de serpente, que precisam ser desconstruídos e eliminados, para que nós não tenhamos uma sociedade onde nós vamos ser penalizados, pessoas vão ser penalizadas porque são como são. A deputada avaliou que a maioria dos parlamentares se cala diante das questões relacionadas á população e direitos de LGBT, porque têm medo de se comprometer com a causa. Eu estou tentando fazer esse quadro, esse diagnóstico, porque isso significa que nós vamos ter que trabalhar com unidade grande com a tentativa de romper o silêncio. Eu tenho



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS  
DIREITOS DE LGBT**

uma avaliação de que a maioria dos parlamentares não seriam contra propor posições de combate à homofobia, mas se calam, e acabam sendo cúmplices de toda a lógica e os homofóbicos que estão no Congresso Nacional. Digo isso porque me lembro de que Martin Luther King disse: O que me preocupa não é o barulho dos maus, mas o silêncio dos ditos inocentes. O silêncio daqueles que são, votariam contra proposição homofóbica, temem sua desqualificação nos púlpitos, redes sociais, e isso ter uma repercussão do ponto de vista eleitoral. Precisamos fazer essas construções, esse diálogo e aprofundar com as redes, com os movimentos, enfim, onde a gente possa, determinar nossos parceiros imediatos, para que a gente construa e fortaleça essa rede, para que nós possamos fazer frente às proposições que são dadas, proposições como essa de modificar a resolução do Conselho Federal de psicologia, é um retrocesso inimaginável, inimaginável. Nós estávamos discutindo, temos três audiências públicas comissão seguridade social que vai desmembrar, vai desmembrar da saúde. Nós fizemos três reuniões para discutir alguma coisa que deveria estar superado ponto de vista da inteligência, superado ponto de vista do cotidiano, patologização da homossexualidade. Estamos voltando a uma discussão que já foi superada nas mais diversas esferas de pensamentos e de atuação e do nosso próprio cotidiano. Então, portanto, para que a gente possa fazer frente a isso, projetos como a construção, criminalizar hétero fobia, agora foi falado da Cristo fobia, que é uma discussão extremamente perigosa, porque significa deliberada e nitidamente se romper e a laicidade.

O projeto da identidade de gênero que nós fizemos está apensado, nós vamos apresentar um outro projeto, nós temos que fazer uma articulação para que não seja apensado, perspectiva que seja apensado aos demais, 3 ou 4 projetos, se for apensado cria condições para que possa ir para o plenário dependendo da Comissão de Direitos Humanos que nós tivemos muito, Partido dos Trabalhadores, meu partido e a gente definiu dentre propriedades do PT, PT provavelmente ficará com a presidência da Comissão de Direitos Humanos, que o é uma grande conquista pela primeira vez uma articulação muito nítida bancada fundamentalista para assumir a presidência da Comissão de Direitos Humanos. Temos que fazer o lançamento desse projeto para que venha muito calcado numa organização do movimento social, uma organização da sociedade. Ressaltou a necessidade de dialogar e articular mais em parceria com o CNCD, com a sociedade civil,

Keila disse que os informes por e-mail não têm chegado aos conselheiros. Na sequência da apresentação da ministra tratou-se de apresentação de informes, de comitês de enfrentamento LGBT fobia, comissão e implementação dos comitês.

A ministra Maria do Rosário iniciou a fala parabenizando a presidenta Keila pela gestão e representatividade coletiva. Ressaltou que ter Keila como presidente é muito importante para o conselho, sobretudo por romper barreiras, e do ponto de vista da sexualidade, identidades sexuais, cumprindo realmente o papel de visibilidade de toda possibilidade humana, com liberdade, respeito e dignidade. Cumprimentou o deputado Jean





**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**  
**SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS**  
**DIREITOS DE LGBT**

Wyllys, pela trajetória no Congresso Nacional, sobretudo na perspectiva da homossexualidade não apenas falando sobre os direitos LGBT, mas dizendo, eu pertenço à comunidade LGBT do Brasil, o que faz uma diferença histórica no país. Cumprimentou o Biel, secretário nacional de promoção e defesa dos direitos humanos, ressaltou ser um sujeito de muita luta contra todos preconceitos, discriminações, acredito que vai dar impulso super bom no nosso trabalho, contra fundamentalismos. Cumprimentou o Dr. Aurélio Rios, que integra o conselho de direitos humanos do Brasil. Destacou a ocorrência de crimes de violências homofóbicas muito graves no Brasil.

Ressaltou que o conselho tem responsabilidade de realizar ações, denúncias, a questão dos direitos humanos pode ser na ação prática cotidiana dividida em dois braços onde nós precisamos agir e isso não pode faltar, promoção de direitos que fazemos com políticas públicas, ações afirmativas, superação do preconceito dos espaços de poder, enfrentando a lógica e a cultura que as instituições têm, porque instituições homofóbicas, instituições a partir de uma lógica heterossexual, branca e de classe também.

Falou sobre o seminário do dia anterior. A dimensão humana e também formulação de políticas públicas para processo democrático diz que direitos humanos têm que ser assegurados de forma interdependente, dividido, e universal a todas as pessoas, e, ao mesmo tempo. E para nós aqui ao mesmo tempo e agora... é claro que do ponto de vista da política em si pode ser que movimentos políticos nos façam hierarquizar determinada causa, agora entramos mais com isso, depois com aquilo, pode ser, Keila, que a gente tenha que produzir um processo determinado momento com uma luta mais forte, outro determinado momento outra, mas nós precisamos compreender onde é que está um nó violação de direitos para conseguir avançar, direitos humanos no Brasil, meu ponto de vista, entre seus nós estão o processo pela qual instituições foram formadas pela ditadura, acho que isso é muito presente em todas elas que a gente trabalha. Violência institucional das políticas, então nós podemos encontrar alguns lugares onde se nós mexermos e trabalharmos aquele aspecto vamos poder abrir uma série de possibilidades superando aquela violação.

A ministra Maria do Rosário afirmou que a situação em relação aos crimes de origem homofóbica no Brasil é grave e violenta. Identificou as responsabilidades do Conselho LGBT, e destacou entre outras, ações, denúncias, e monitoramento delas. Ressaltou que é preciso ter senso de urgência para conseguir avançar na conquista dos direitos da população LGBT. A perspectiva da SDH é que se precisa superar a forma como a violência LGBT é vista. A ministra enumerou falhas como inquéritos policiais maus feitos, as denúncias que não estão bem preparadas, sem sequer chegar ao poder judiciário ou um processo que disfarça a violência, caráter homofóbico da violência, que não assume que a pessoa foi morta, agredida pela sua diversidade sexual e de gênero, entre outras. Maria do Rosário reafirmou por diversas vezes a importância de se fomentar a criação de conselhos LGBT pelo país. O Conselho Nacional tem a responsabilidade também de peregrinar pelo Brasil buscando existência de conselhos locais, e contar com o apoio do Conselho Federal de Psicologia, a Ordem dos



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**  
**SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS**  
**DIREITOS DE LGBT**

Advogados do Brasil, o Ministério Público nessa ação. Por fim, ressaltou a dificuldade de alguns estados em criar os conselhos. A ministra ressaltou ter procurado com a secretaria e com a coordenação que os governos estaduais e municipais, pelo menos nas capitais, implementem conselhos LGBT, destacou o Rio de Janeiro, que constituiu uma política, estruturou uma coordenação, que tem uma política instituída. Destacou a importância de instalar um sistema de comunicação de denúncias de violência homofóbica, e atendimento às pessoas, prevenção, precisamos compor no território nacional a existência desse sistema. Reforçou a ideia de que o conselho deve assumir essa missão, numa agenda de trabalho, organizar sua atuação de forma a cada reunião ter uma pauta importante em termos de políticas públicas e sempre em todas as reuniões com monitoramento dos avanços do sistema a partir das metas da implementação.

A ministra apresentou a ideia de que o recurso da Secretaria de Direitos Humanos seja disponibilizado para onde não há apoio dos governos estaduais no momento e não se tem condição de compor acordo imediato. Apresentou a dificuldade de assinar convênio com o Estado do Mato Grosso e solicitou apoio do conselho nesta ação. Ressaltou que onde tinha possibilidade de organizar conselho os recursos, agora governadores querem devolver o dinheiro, sem organizar conselho. Então pedir para o conselho agir sobre isso. A ouvidoria, é como o pólo nacional, é a coordenação nacional, é o conselho e estes braços que nós vamos financiar, nós não temos muito dinheiro, nós estamos remanejo ando, mas o que pudermos colocar vamos priorizar, nós vamos priorizar aqui, mas aqui nós não temos política local, essa leitura que eu estou fazendo, em todas áreas contamos minimamente, Aurélio, políticas instituído, área de direito da criança, idosos nós temos dificuldade, mas temos uma boa rede assistencial que pode trabalhar noção de direitos, uma boa rede de pessoa com deficiência, estamos melhorando todas áreas da SDH, mas nós não temos, falta vontade política, com estruturar-se uma rede de atendimento às demandas de uma população extremamente vulnerável, que é população LGBT no Brasil, principalmente quando ela é pobre, está nas periferias, entendeu? Então essa é a nossa rede de direitos. Então essa é uma decisão política que nós temos que tomar, nós tomamos essa decisão, estamos propondo isso a vocês, que depois Gustavo e Biel vão delinear. E o significado disso é ser aporte inicial que não depende, sinceramente nós não ficamos na dependência só do poder local, porque nós temos condições de fazer isso agora, de agora três quatro meses, condições de ter na rua, fazer avaliação, colocar isso, temos condições de no final do primeiro semestre já termos alguma coisa já em funcionamento no Brasil. E, a partir disto deixa de ser parceria entre estado e parceria civil? Não, parceria entre o estado e Governo Federal, nós financiando diretamente. Nós vamos assumir diretamente essa parceria. Essa é a proposta, então, que vocês vão analisar depois, com... avaliando a competência dos conselhos, a... coordenação das comissões intergestores, dos programas, políticas, e o que nós chamamos aqui, está lá, pode botar nessa aqui, que são ferramentas emergenciais de combate à violência.

A ministra apresentou proposta de criação do Sistema Nacional LGBT, uma missão de organizar a atuação do Conselho, de forma que a cada reunião tenha uma pauta importante em



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**  
**SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS**  
**SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS**  
**CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS**  
**DIREITOS DE LGBT**

termos de políticas públicas, sempre com monitoramento dos avanços do sistema a partir das metas da implementação. Um sistema de comunicação de denúncias, de violência homofóbica, e atendimento às pessoas, prevenção em todo o território nacional. O sistema terá a participação de conselhos, comissões implementadas, coordenadoras de política, programas de políticas públicas. A proposta da SDH é trabalhar com duas missões: Conselho e governo, estruturando uma política de estado através de um sistema e estruturando uma perspectiva emergencial. A OAB, com a capacidade de diálogo, com todos operadores de direito, e CFP com a capacidade de oferecer no sistema de proteção um atendimento humanizado, necessário às pessoas que são vítimas de violência homofóbica, quando ingressam no hospital para atendimento, visão também do atendimento humanizado nas políticas públicas. Submeteu ao conselho essa perspectiva, mas reforçar a ideia que eu tive lá antes com o pessoal aqui dos comitês como base do trabalho mais imediato, daquilo que a gente não depende de autoridade, e o estado para fazer.

À convite da ministra da SDH, o subprocurador-geral da República, Aurélio Veiga Rios, ressaltou a importância da interação entre o Ministério Público Federal e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT. Colocou-se à disposição do CNCD para trabalhar a temática em parceria com a procuradoria cidadã.

O secretário nacional de promoção e defesa dos direitos humanos, Biel Rocha, complementou a fala da ministra. Disse que a ideia é onde não tem a possibilidade de diálogo mais imediato, mas a parceria com OAB e CFP já está acontecendo, instalar um centro de direitos. Centro de defesa e promoção de direitos LGBT e lidar com violência homofóbica. Para o projeto será aberto um edital em parceria com entidades da sociedade civil.

O coordenador-geral de Promoção dos Direitos LGBT, Gustavo Bernardes, explicou aos conselheiros como irá funcionar o sistema nacional LGBT, que será um sistema articulado, interfederativo e interdependente, que visa o enfrentamento à homofobia, lesbofobia, transfobia, e promoção dos direitos humanos e da cidadania de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. A proposta é que o sistema dialogue entre si, que esteja distribuído nas unidades da federação. O centro de promoção e direitos de defesa LGBT serão espaços de mobilização dos comitês e articulação, e também contarão com estrutura física e equipe jurídica e psicológica, além de orçamento próprio com o financiamento da SDH. Em cada estado serão articulados, a partir do diálogo entre SDH, o Conselho Federal de Psicologia e OAB nos comitês. Destacou a importância da participação da Secretaria de Política para Mulheres, porque também poderão ajudar nessa mobilização e nessa articulação dos comitês. Parceiros a serem convidados, o Ministério Público, as Comissões dos Direitos Humanos das Assembleias, Poder Judiciário, Defensoria Pública, Secretarias Estaduais de Justiça e Direitos Humanos, gestores LGBT, Polícia Civil e Polícia Militar, sistema ONU, sindicatos, universidades e órgãos de pesquisa, movimento social, movimentos. A missão básica nos comitês, então, pautar a necessidade de políticas públicas, coordenações estaduais,



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS  
SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS  
CONSELHO NACIONAL DE COMBATE A DISCRIMINACAO E PROMOÇÃO DOS  
DIREITOS DE LGBT**

conselhos estaduais LGBT, os quais se constituem como instrumento mais eficazes para a construção da cidadania LGBT. Ser espaço de mobilização social voltados à prevenção e acompanhamento de violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Tendo como foco a prevenção, o combate à impunidade, invisibilidade dos crimes praticados contra a população LGBT através do acompanhamento dos casos de discriminação e violência homofóbica.

No período da tarde, as Câmaras Técnicas se reuniram brevemente, Em seguida, o presidente da Comissão Eleitoral, Zezinho do Prado, fez informes aos conselheiros sobre a eleição. Houve a aprovação por unanimidade da habilitação do Fórum Nacional de Juventude Negra – FONAJUNE. A conselheira Janaína Barbosa agradeceu o empenho da SEPPIR no processo de habilitação da entidade.